

ESTADO DE PERNAMBUCO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM CONSELHO

BALANÇO FINANCEIRO - Anexo 13

Administração Direta

EXERCÍCIO:2017

PERÍODO (MÊS): Janeiro à Dezembro

DATA DE EMISSÃO:31/03/2018

PAGINA:1

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)	34.816.213,21	38.021.168,58	Despesa Orçamentária (VII)	22.123.337,97	19.614.306,82
Ordinária	34.352.761,04	37.215.843,08	Ordinária	22.123.337,97	19.614.306,82
Vinculada	463.452,17	805.325,50			
FEM Estado	463.452,17	805.325,50			
Transferências Financeiras Recebidas (II)	53.307,53	177.526,80	Transferências Financeiras Concedidas (VIII)	15.815.011,02	16.979.574,42
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	53.307,53	177.526,80	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	15.815.011,02	16.979.574,42
Recebimentos Extraorçamentários (IV)	3.921.877,67	4.328.780,27	Pagamentos Extraorçamentários (X)	2.264.126,07	5.419.656,35
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	820.197,91	728.011,50	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	673.628,79	650.716,94
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	2.073.842,95	2.432.221,08	RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	1.130.216,14	4.752.262,75
Inscrição de Restos a Pagar Processados	1.027.836,81	1.168.547,69	RP PROCESSADOS PAGOS	460.281,14	16.676,66
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (V)	3.536.671,86	3.022.733,80	Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (XI)	2.125.595,21	3.536.671,86
BANCO C/ MOVIMENTO	3.536.671,86	3.022.733,80	BANCO C/ MOVIMENTO	2.125.595,21	3.536.671,86
TOTAL (VI) = (I+II+III+IV+V)	42.328.070,27	45.550.209,45	TOTAL (XII) = (VII+VIII+IX+X+XI)	42.328.070,27	45.550.209,45

Dannilo Cavalcante Vieira
 Prefeito

Jociéder Araújo Mineiro
 CRC PE - 027671/O-4





**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
(ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)**



Documento Assinado Digitalmente por: DANNILO CAVALCANTE VIEIRA, JOCIEDER ARAUJO MINEIRO
Acesse em: http://portal.transparencia.org.br/portal/validarDocumento.aspx?CodigoDocumento=1159-9554-5d9292211b65d

a) INFORMAÇÕES GERAIS:

Nome do órgão ou entidade: Prefeitura Municipal de Bom Conselho (PMBC)
Natureza jurídica (conforme código da RFB): 124-4 - Município.
CNPJ: 11.285.954/0001-04.
Domicílio do órgão ou entidade: Rua Vidal de Negreiros, nº43 – Bairro: Centro – Cidade: Bom Conselho – Pernambuco – CEP: 55.330-000.
Natureza das operações e principais atividades do órgão ou entidade: A Prefeitura Municipal de Bom Conselho concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 124-4 "Município" possui como atividade principal "a administração pública em geral". Tem como atividade principal a manutenção das ações e serviços públicos municipais, bem como a realização de investimentos necessários no serviço público e infraestrutura urbana. A natureza de suas operações deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital). A população estimada pelo IBGE é de 45.503 habitantes, tendo como coeficiente do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) o índice de 2.0. Durante o exercício de 2017 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 1.684 de 23 de novembro de 2016 (LOA 2017).
Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis: Este balanço contábil foi elaborado de acordo com a estrutura definida na Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pela Portaria STN nº 840/2016 que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 7ª Edição. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual e NBC TSP 16.6 RI. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do <i>International Federation of Accountants (IFAC)</i> através das <i>International Public Sector Accounting Standards (IPSAS)</i> das quais destacamos a de número 9, 12, 16, 17, 19, 21, 23, 26, 31 e 32. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).
Dados do gestor (Prefeito (a) do Município): Nome: Dannilo Cavalcante Vieira. Cargo: Prefeito. Período de gestão: 01/01/2017 a 31/12/2017
Dados do contador (a) responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis, inclusive as notas explicativas: Nome: Jociéder Araújo Mineiro. CRC-PE nº 027671/O-4. E-mail: jocieder@cespam.com.br.
Dados do Diretor de Contabilidade responsável pela execução orçamentária, financeira e patrimonial no município: Nome: Alfredo Costa Ferro. Portaria nº: 053/2017. E-mail: drogapcicero@hotmail.com.
Dados do Controlador Geral do Município: Nome: Cecília Márcia Bezerra de Matos. Portaria nº: 004/2017. E-mail: cmm.matos@hotmail.com.
Endereço eletrônico do Portal da Transparência: www.bomconselho.pe.gov.br/transparencia/ .

b) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

b.1. Resumo das políticas contábeis significativas: Os registros dos atos e fatos que deram suporte a elaboração desta demonstração, seguiram os princípios contábeis da entidade, continuidade, oportunidade, registro pelo valor original e prudência, explícitos e implícitos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Os lançamentos nos sistemas orçamentário, financeiro e patrimonial foram realizados pelo método das partidas dobradas em atendimento ao art. 86 da Lei Federal nº 4.320/64. A estrutura das demonstrações contábeis obedece as regras estabelecidas na parte V do MCASP 7ª Edição da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), bem como da NBC TSP 16.6. Na consolidação das demonstrações contábeis foi considerado o 5º nível do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) igual a 2 que compreendem os saldos que serão incluídos nos demonstrativos consolidados.
b.2. Bases de mensuração utilizadas: A elaboração do balanço financeiro por se tratar de um fluxo de natureza financeira adota o regime de caixa definido no art. 35 da Lei nº 4.320/64, tanto para as receitas como para as despesas.
b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas: Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas nos demonstrativos decorrentes de normas de contabilidade ou que tenham por objetivo tornar a informação confiável e relevante sobre os efeitos das transações ou outros eventos ou condições acerca da posição orçamentária, patrimonial, do resultado patrimonial ou dos fluxos de caixa.
b.4. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis: Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Balanço Financeiro.

c) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:

c.1. Referências cruzadas e notas explicativas: A seguir será apresentada de forma sistemática as referências cruzadas com o título "Nota" seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando a interpretação dos usuários.
Anexo 13 – Balanço Financeiro da Lei Federal 4.320/64 em 31/12/2017 (REFERÊNCIAS CRUZADAS E NOTAS)
Nota 1) RECEITA ORÇAMENTÁRIA: O valor total das receitas públicas arrecadadas no exercício de 2017 foi de R\$ 34.816.213,21.
Nota 2) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS: O valor contabilizado das transferências financeiras recebidas para execução orçamentária foi de R\$ 53.307,53.
Nota 3) RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS: Os ingressos extraorçamentários totalizam R\$ 3.921.877,67, sendo R\$ 820.197,91, decorrentes de depósitos, consignações bancárias e valores restituíveis, R\$ 1.027.836,81 relativo a inscrição dos restos a pagar processados, R\$ 2.073.842,95 relativo a inscrição dos restos a pagar não processados.
Nota 4) SALDO EM ESPÉCIE DO ANTERIOR: O valor disponível em bancos em 31/12/2016 foi de R\$ 3.536.671,86.
Nota 5) DESPESA ORÇAMENTÁRIA: A despesa orçamentária empenhada no exercício foi de R\$ 22.123.337,97.
Nota 6) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS: O valor das transferências financeiras concedidas foi de R\$ 15.815.011,02.



Nota 7) PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS: Os desembolsos extraorçamentários totalizaram R\$ 2.264.126,07. Deste valor os restos a pagar processados somam R\$ 460.281,14, os restos a pagar não processados somam R\$ 1.130.216,14 enquanto os depósitos, consignações e valores restituíveis somam R\$ 673.628,79.

Nota 8) SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE: O valor disponível em bancos em 31/12/2017 foi de R\$ 2.125.595,21.

d) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

d.1. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos: Não se aplica a este demonstrativo.
d.2. Divulgações não financeiras: Não se aplica a este demonstrativo.
d.3. Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro: Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futura das operações da entidade.
d.4. Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros: Não foram feitos ajustes significativos decorrentes da omissão e erros de registro para este exercício.

e) INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS PELO ANEXO X E XII DA RESOLUÇÃO TCE-PE Nº 027/2017 E PELO ÍNDICE DE CONSISTÊNCIA E CONVERGÊNCIA CONTÁBIL (ICC) DO TCE-PE:

e.1. Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis: Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte/destinação de recursos discriminando as ordinárias e as vinculadas; os recebimentos e pagamentos extraorçamentários; as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária; e o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte (caixa e equivalente de caixa e depósitos restituíveis e valores vinculados). O demonstrativo também evidencia em coluna específica os valores do exercício anterior permitindo a comparação de valores e a análise vertical ou horizontal. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.																											
e.2. Saldos significativos de Caixa e Equivalentes de Caixa NÃO Disponíveis: Não existem saldos significativos de caixa e equivalentes de caixa mantidos, mas que não estejam disponíveis para uso imediato por restrições legais ou controle cambial. No entanto, consta valores em trânsito realizáveis a curto prazo no valor de R\$ 15.063.659,45, vindos de exercícios anteriores.																											
e.3. Transações de Investimentos e Financiamentos que não envolvem Caixa: Não houve operações de investimentos e financiamentos que modificaram o caixa das entidades do município.																											
e.4. Eventuais Ajustes relacionados às Retenções e Outras Operações: As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes.																											
e.5. Detalhamento das Deduções das Receitas Orçamentárias por fonte de recurso:																											
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Rubrica</th> <th>Fonte de Recursos Próprios</th> <th>Fonte de Recursos Vinculados</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1.7.2.1.01.02.01 Cota parte do FPM.</td> <td>5.258.619,44</td> <td>0,00</td> </tr> <tr> <td>1.7.2.1.01.05.01 Cota parte do ITR.</td> <td>2.160,36</td> <td>0,00</td> </tr> <tr> <td>1.7.2.1.36.01.00 ICMS Desoneração LC 87/96.</td> <td>2.353,32</td> <td>0,00</td> </tr> <tr> <td>1.7.2.2.01.01.00 ICMS Estado</td> <td>1.148.588,06</td> <td>0,00</td> </tr> <tr> <td>1.7.2.2.01.02.00 IPVA</td> <td>227.372,48</td> <td>0,00</td> </tr> <tr> <td>1.7.2.2.01.04.00 IPI</td> <td>4.068,56</td> <td>0,00</td> </tr> <tr> <td>1.3.2.8.10.00.00 Remunerações do RPPS</td> <td>0,00</td> <td>1.081.701,18</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>6.643.162,22</td> <td>1.081.701,18</td> </tr> </tbody> </table>	Rubrica	Fonte de Recursos Próprios	Fonte de Recursos Vinculados	1.7.2.1.01.02.01 Cota parte do FPM.	5.258.619,44	0,00	1.7.2.1.01.05.01 Cota parte do ITR.	2.160,36	0,00	1.7.2.1.36.01.00 ICMS Desoneração LC 87/96.	2.353,32	0,00	1.7.2.2.01.01.00 ICMS Estado	1.148.588,06	0,00	1.7.2.2.01.02.00 IPVA	227.372,48	0,00	1.7.2.2.01.04.00 IPI	4.068,56	0,00	1.3.2.8.10.00.00 Remunerações do RPPS	0,00	1.081.701,18	Total	6.643.162,22	1.081.701,18
Rubrica	Fonte de Recursos Próprios	Fonte de Recursos Vinculados																									
1.7.2.1.01.02.01 Cota parte do FPM.	5.258.619,44	0,00																									
1.7.2.1.01.05.01 Cota parte do ITR.	2.160,36	0,00																									
1.7.2.1.36.01.00 ICMS Desoneração LC 87/96.	2.353,32	0,00																									
1.7.2.2.01.01.00 ICMS Estado	1.148.588,06	0,00																									
1.7.2.2.01.02.00 IPVA	227.372,48	0,00																									
1.7.2.2.01.04.00 IPI	4.068,56	0,00																									
1.3.2.8.10.00.00 Remunerações do RPPS	0,00	1.081.701,18																									
Total	6.643.162,22	1.081.701,18																									
Pela natureza e estrutura do demonstrativo as receitas foram evidenciadas pelos valores líquidos após o abatimento das deduções exclusivamente na fonte de recursos ordinários. Desta forma, a receita bruta total foi de R\$ 42.541.076,61, enquanto as deduções somam R\$ 7.724.863,40, representando o valor líquido de R\$ 34.816.213,21.																											

f) PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIP) CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015:

f.1. Demonstrativo de implantação das novas regras contábeis aplicadas ao setor público (Poder Executivo):				
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS – PARTE I DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	31/12/2017	Concluída
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS – PARTE II DO MCASP				
Ação	1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receita.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	01/01/2021	Em andamento
Ação	2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	01/01/2020	Em andamento
Ação	3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	01/01/2020	Em andamento



Ação	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	31/12/2017	Concluído
Ação	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	Imediato	Em andamento
Ação	6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	01/01/2020	Em andamento
Ação	7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Diretor de Patrimônio	30/06/2018	Em fase final de elaboração
Ação	8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Diretor de Patrimônio	30/06/2018	Em fase final de elaboração
Ação	9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Diretor de Patrimônio	30/06/2018	Em fase final de elaboração
Ação	10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	01/01/2018	Concluído
Ação	11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	01/01/2019	Em andamento
Ação	12. Reconhecimento, mensuração e provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	Imediato	Concluído
Ação	13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	01/01/2016	Concluído
Ação	14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
Ação	15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangível e eventuais amortizações, reavaliações e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Diretor de Patrimônio	01/01/2021	Em andamento
Ação	16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortizações e reduções a valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
Ação	17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	01/01/2020	Em andamento
Ação	18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	31/12/2018	Em elaboração
Ação	19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS – PARTE III DO MCASP				
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – FUNDEB.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	Imediato	Concluída
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – OPERAÇÕES DE CRÉDITO.			



Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	Imediato	Concluída
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	Imediato	Concluída
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – DÍVIDA ATIVA.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	Imediato	Concluída
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – PRECATÓRIOS.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	Imediato	Concluída
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – CONSÓRCIOS.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	Imediato	Concluída

PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO – PARTE IV DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a "Nova" estrutura do MCASP.	Secretário de Finanças	Imediato	Concluída

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO – PARTE V DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a "Nova" estrutura do MCASP.	Secretário de Finanças	Imediato	Concluída

Os procedimentos contábeis orçamentários estão sendo realizados pelo Poder Executivo conforme Parte I do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

DANNILO CAVALCANTE VIEIRA
Prefeito

JOCIÉDER ARAÚJO MINEIRO
Contador
CRC-PE Nº 027671/O-4